



TRE/RN-SGP

Publicação: DJE de 29/07/2014

Página(s): 3-4

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PRESIDÊNCIA/CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

PORTARIA CONJUNTA PRES/CRE Nº 13/2014

Dispõe sobre o Sistema de Denúncia Eletrônica da Propaganda Eleitoral para as Eleições 2014.

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE E O CORREGEDOR DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e implementar sistema de informática que possibilite a denúncia de possíveis ilícitos eleitorais relativos à propaganda, auxiliando na fiscalização de tais condutas e garantindo a participação dos cidadãos no processo eleitoral e,

CONSIDERANDO as informações constantes no Prot. PAE 9.203/2014,

**RESOLVEM:**

Art. 1º Fica instituído o sistema de informática denominado *Denúncia Eletrônica – Propaganda Eleitoral 2014*, destinado a receber, por meio da internet, denúncias de condutas praticadas em desacordo com a legislação que disciplina a propaganda eleitoral nas Eleições 2014.

Parágrafo Único: A ferramenta de informática de que trata o *caput* não se prestará a receber denúncias de condutas realizadas no rádio e na televisão.

Art. 2º O denunciante efetuará o preenchimento de formulário eletrônico, identificando-se obrigatoriamente por meio do título de eleitor, endereço completo, telefone e e-mail.

Parágrafo Único: Os dados pessoais do denunciante ficarão nos bancos de dados da Justiça Eleitoral e não constarão do expediente instaurado para constatar a eventual irregularidade.

Art. 3º. Não serão admitidas denúncias anônimas na ferramenta de informática de que trata esta Portaria.

Art. 4º Na descrição da eventual irregularidade, o denunciante deverá indicar, com o máximo de detalhamento, a localização e endereço da propaganda, o conteúdo e os nomes dos supostos beneficiários.

Art. 5º Concluído o preenchimento dos dados e efetuado o registro da denúncia, será ela encaminhada eletronicamente à Zona Eleitoral responsável pela apuração.

Art. 6º A presente ferramenta eletrônica não exclui a competência da Ouvidoria Eleitoral nem de outros canais de denúncia atualmente utilizados.

Art. 7º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Natal(RN), 21 de Julho de 2014.

  
**Desembargador Amílcar Maia**  
Presidente

  
**Desembargador João Rebouças**  
Corregedor Regional Eleitoral